

- York, Naciones Unidas, 1993.
- NEUMANN, Denise. "O Valor do Trabalho". *Gazeta Mercantil*, Porto Alegre, 12 e 14 de novembro de 1988, p. 1 e 6.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. S.Paulo, Brasiliense, 1989.
- RAMONET, Ignacio. "Un Crime Social". *Manière de Voir*, n. 20, novembre 1993, p.6-7.
- SOUYRI, Pierre-François. "Le Modèle Japonais d'Organization du Travail". *Annalles HSS*, mai-juin 1994, n. 3, pp. 503-10.
- TAUILE, Ricardo. "Por que não se Projetam Carros no Brasil". *Ciência Hoje*, volume 17, n. 98 Suplemento *Technologia*, 1994, p.2-5.
- TAUILE, Ricardo. "Reorganização industrial, Bem Estar Social e Competitividade Internacional: Perspectivas Brasileiras". SOARES, Rosa M.S. de M. *Gestão da Empresa: Automação e Competitividade*. Brasília, IPEA, 1990, pp. 49-71.
- WORLD BANK POLICY RESEARCH. *The East Asian Miracle*. New York, Oxford University Press, 1993.
- ZERMEÑO, Sergio. "La Derrota de la Sociedad. Modernización y Modernidad en el México de Norteamérica". *Revista Mexicana de Sociologia*, ano LV, n. 2, abril/junho de 1993, p. 273-90.

A QUESTÃO SOCIAL, OS DIREITOS HUMANOS E A COMPETITIVIDADE

*Adriane de Mello Boff**

Renato Saul, no seu texto, examina alguns aspectos da sociedade contemporânea em termos de concepção de desenvolvimento econômico, a partir da mundialização do mercado (da dinâmica dos países que dominam o mercado mundial). Para tanto, o autor parte da noção de competitividade como mola principal para o progresso nessa economia globalizada do mercado mundial. Apesar de noção antiga, a noção de competição, nesse contexto, assumiu outra roupagem e significação: a da modernidade tecnológica.

No caso brasileiro, comenta o autor, esse conjunto de acontecimentos no plano internacional é manifestado e expresso pelo entendimento de uma crise quanto à política econômica de intervenção estatal e uma valorização da competitividade como força motriz do progresso. Na visão do empresariado brasileiro, "a noção de competitividade é definida como a capacidade das empresas formularem e implementarem estratégias de concorrência de modo a lhes assegurar posição sustentável no mercado".

Nessa "new competition" as relações de trabalho, chama a atenção Saul, devem ocupar posição central em nossas análises. Especialmente porque a gente sabe que a participação brasileira no mercado mundial prevê uma série de obstáculos, como descreveu o autor, e geralmente, nesse casos, como diz a sabedoria popular "a corda arrebenta sempre no lado mais fraco".

Na campanha com vistas à "new competition", a concepção de trabalho passa por uma valorização, onde o trabalhador recuperaria "sua capacidade de iniciativa, de decisão e de intervenção consciente na produção". Como diz um autor citado por R. Saul, "da alienação do emprego, passa-se à motivação no trabalho."

Os pressupostos da efetivação dessa modernidade econômica prevêm, do mesmo modo, uma expectativa quanto à elevação da qualidade do nível de

* Professora no Departamento de Ciências Humanas - UNISC
Mestre em Antropologia Social - UFRGS

vida das populações, uma vez que essas populações não seriam somente trabalhadores mas também consumidores.

O problema é que, conforme o autor aponta, essas questões podem apresentar um estatuto muito mais teórico do que prático, no sentido de que a progressão do desenvolvimento tecnológico não corresponde diretamente a um incremento da qualidade de vida da população mundial. E isso ocorre, inclusive, no panorama dos países mais desenvolvidos como o exemplo da Alemanha citado pelo autor.

Conclui-se, então, que a característica fundamental da globalização econômica passa pela super-valorização da técnica. Nesse processo, o trabalho enquanto substância ética ou locus de fortalecimento de laços tradicionais de solidariedade não encontra espaço de existência significativa.

Face a esse contexto, lanço aqui algumas questões, que entrecruzam-se com algumas preocupações especificamente antropológicas, já que em razão desse ofício é que estou participando dessa apresentação como debatedora.

O primeiro comentário é sobre o lugar das diferenças no processo de globalização. Estar atento às diferenças não é nenhuma novidade em termos antropológicos. Mas nesse contexto de globalização, a diferença é, pelo menos, um terreno novo a explorar. Como comentou R. Saul, é necessário cuidado com as peculiaridades nos diferentes países. No processo de transferência e difusão de tecnologias, fenômeno essencial à globalização econômica, estão sendo desprezadas as condições históricas e culturais dos diferentes contextos onde essa tecnologia aporta.

No caso brasileiro, a meu ver, existe não somente a diferença, isto é, sua especialidade e particularidade em comparação a outras peculiaridades a nível mundial; como existe e é possível observar, do mesmo modo, uma diferença, uma especificidade interna.

Ou seja, no contexto brasileiro é possível encontrar cidadãos "super-modernos", conforme a concepção de Marc Augé (1994), que no seu cotidiano fazem uso de refinada tecnologia, desde a caixa eletrônica digital de sacar dinheiro, passando pelo uso de cartão de crédito, pelas idas e voltas para lugares distantes extremamente rápidas através do avião, até o uso intenso de microcomputadores (o *notebook* para situações de viagem; a comunicação via *internet*, etc.) e existe também, em outro extremo, pessoas completamente à margem dessa mundialização econômica e cultural como é o caso, por exemplo, dos moradores de rua.

Na terceirização e no crescimento do mercado de trabalho informal a respeito da sociedade brasileira, como apontou o próprio R. Saul, nota-se que uma grande parcela da população ficou um tanto de fora das vantagens e maravilhas dos pressupostos da modernidade econômica, da competitividade "autêntica". Isso porque, como o próprio autor sugere, há uma diferenciação entre o mundo dos fatos econômicos e o mundo dos fatos sociais.

Nesse sentido, manter "a onda modernizante sob controle, subordinada às necessidades sociais e de acordo com as conveniências do crescimento econômico interno" é buscar inserir-se no movimento de globalização atendendo, por mais paradoxal que pareça, as especificidades e particularidades de cada contexto?

A qual especificidade temos que dedicar maior atenção? À especificidade brasileira? Ou à especificidade interna brasileira?

E uma segunda questão, ou melhor, um segundo comentário: Como fica a chamada modernidade brasileira? Não são todos os segmentos da nossa sociedade que perseguem um ideário individualista moderno, na acepção do modelo de modernidade de Dumont (1966). Códigos tradicionais, hierárquicos e de solidariedade não somente no mundo do trabalho, mas também no mundo familiar, convivem e concorrem com um contexto de competitividade moderna. Como por exemplo, a existência de famílias trabalhando juntas em setores informais: quando o pai perde o emprego, a mãe vai fazer doce ou costurar para fora, enquanto os filhos vão trabalhar cuidando de carros ou pedindo dinheiro nas sinaleiras. Em termos de classes trabalhadoras urbanas brasileiras, a literatura tem chamado a atenção para a necessidade de observar essa convivência do moderno com o tradicional, não como uma falta (a falta de uma modernidade), mas como uma modernidade fragmentada, específica ao contexto brasileiro (Durham, 1966.; Duarte, 1986; Machado, 1985; Macedo, 1979; entre outros). Enfim, repetindo a pergunta: Como fica a modernidade brasileira, nesse sentido, frente à mundialização econômica e cultural (Oliven, 1992) que estamos assistindo ser implantada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*. São Paulo, Papirus, 1994.
- DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. R.J. Zahar, 1986.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarquicus*. Paris: Gallimard, 1966.
- DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- MACEDO, Carmen C. *A Reprodução da Desigualdade*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- OLIVEN, Ruben. *A Parte e o Todo*. Petrópolis, Vozes, 1992.

A COMPETITIVIDADE E A QUESTÃO RURAL

*Erica Karnopp**

A reflexão que se faz necessária frente aos indicadores econômicos e sociais - que indicam um agravamento nos últimos anos da crise econômica instaurada no País desde os anos 70 - deve incorporar tanto uma interpretação do processo interno quanto uma avaliação do padrão de inserção do país no estágio atual da globalização da economia.

Quanto à estrutura do setor agropecuário, a partir das décadas de 60 e 70, modificou-se rapidamente, determinando características marcantes nas formas de organização da produção. O setor transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o moderno, que combina capital e insumos industriais com terra e trabalho. A transição de um modo para outro está correlacionada à constituição do complexo agroindustrial, inserida no processo de desenvolvimento econômico do País.

No Brasil, não ocorreu um processo homogêneo de modernização. Os que puderam se incorporar ao processo de modernização foram os que tiveram recursos e discernimento para se enquadrar nos seguintes padrões:

- Incorporação das atividades aos mercados fortemente concentrados e administrados, representados pelas indústrias fornecedoras e pelas compradoras de matérias-primas;
- Capacidade de adaptação ao padrão geral de produção;
- Capacidade de aproveitamento das políticas governamentais voltadas para o setor;

A passagem do modo tradicional de produzir para o moderno não ocorreu a partir de características endógenas do setor agropecuário. Isso se deu

* Professora do Departamento de História e Geografia - UNISC
Mestre em Extensão Rural - UFPM

em função da aliança de interesses entre as forças agrárias dominantes e as capitais industriais nacionais e internacionais, que influenciaram as políticas governamentais no sentido da garantia de comercialização e de fornecimento de crédito para a utilização dos insumos e equipamentos modernos.

A reestruturação da organização rural brasileira ocorreu, em um primeiro momento, porque as indústrias fornecedoras, visando expandir seu mercado, estabeleceram um padrão tecnológico em que colocaram à disposição das atividades agrárias insumos e equipamentos gerados por sua tecnologia e forneceram assistência para sua utilização.

Em um segundo momento, houve interesse das empresas compradoras das matérias-primas agropecuárias, que pressionaram os produtores para a adoção das técnicas modernas, pois isso lhes garantia quantidade, qualidade e custos compatíveis. Assim, a produção agrária organizou-se com um padrão tecnológico capaz de garantir o atendimento dessas condições. Foram, portanto, os objetivos das organizações industriais e comerciais do complexo agroindustrial que detonaram o processo de transformação da estrutura produtiva rural, inviabilizando toda e qualquer produção que não se enquadrasse no padrão moderno instalado.

A transformação ocorrida demonstra que a oferta agropecuária está estreitamente relacionada com os vínculos técnico-financeiros que o setor agrário estabelece com a esfera industrial e de distribuição de seus produtos, e não mais com fatos restritos à organização rural isoladamente.

Quanto à inserção do país no estágio atual, os países de industrialização recente vêem-se diante de riscos e oportunidades de inserção em economia mundial cada vez mais globalizada e interdependente.

Globalismo e Regionalismo são dois fenômenos centrais da economia contemporânea. O próprio significado desses dois "ismos" denota oposição ou confronto: por um lado, um impulso transnacional; por outro, um impulso mais seletivo e local, privilegiando afinidades históricas, geográficas, econômicas e culturais. Contudo, essa aparente oposição de significado irreconciliável, globalismo e regionalismo são fenômenos economicamente complementares, com os quais todas as nações terão de conviver nas próximas décadas.

A ordem econômica internacional em construção caracteriza-se, hoje, pela globalização dos circuitos produtivos, dos fluxos de comércio e investimentos, gerando simultaneamente uma enorme rede de interesses interdependentes e espaços econômicos exclusivos.

O Brasil, necessita agir nessa conjuntura com grande realismo e objetividade, a fim de desenvolver uma visão de inserção global, que nos permita tirar o máximo proveito tanto dos impulsos de globalização como dos de regionalização.

Hoje, o acesso da indústria nacional a insumos de alta qualidade, o acesso à tecnologia de ponta, sem impedimento das reservas de mercado determinarão o grau de nossa competitividade.

Vivemos, pois, neste contexto. Assim, neste final de milênio, ou o País fortalece a produção, incorporando-a nas políticas de modernização e desenvolvimento regional sustentável, ou o país estará condenado a permanecer como mero coadjuvante na economia global.